

INTRODUÇÃO

O professor Luiz Carlos Bresser Pereira assumiu sem susto o Ministério da Fazenda, isto é, o comando da política econômica, em 29 de abril de 1987. Não que a situação objetiva fosse confortável. Ao contrário, Bresser seria o terceiro ministro da Fazenda em dois anos de Nova República. A economia encontrava-se desorganizada, a inflação avançava aos saltos, as pequenas empresas iam à falência ou à concordata, os salários baixavam, o desemprego aumentava, as reservas internacionais tendiam a zero apesar da moratória — tudo ainda em consequência do selvagem descongelamento de preços, em um sistema desindexado, que se seguira ao final dramático do Plano Cruzado, em novembro de 1986. Havia, portanto, uma emergência a debelar e, depois, os problemas crônicos, estruturais, a tratar.

Bresser, porém, julgava-se plenamente preparado para as tarefas. Durante toda sua vida estudara a economia brasileira não apenas com espírito acadêmico, mas com a vontade política de botar a mão na massa. Quando surgiu a oportunidade, sabia por onde começar e acreditava que as condições políticas ainda permitiam o trabalho — isto é, que seria possível tocar uma política econômica racional, com base nos melhores princípios progressistas da história do PMDB, partido ao qual então pertencia.

Sete meses e vinte dias depois, quando deixou o ministério, registrava que aquelas condições políticas não existiam. Quanto

ao conteúdo da política econômica necessária para o país, mantinha convicções, reforçadas e enriquecidas pela experiência. E a certeza pessoal de não ter passado em vão.

Feito o balanço, Bresser Pereira deixou:

- uma *realização*, o choque de junho de 1987 que, na ocasião, impediu a escalada para a hiperinflação e deu à economia algum fôlego para se reorganizar;
- um *diagnóstico* sobre a crise brasileira — a tese de que o principal problema do país, estagnado há oito anos, é o desequilíbrio estrutural do setor público;
- três *propostas*: o Plano de Controle Macroeconômico, que justamente fixa a receita para o ajuste do setor público; a reforma fiscal (com forte aumento de impostos, inclusive sobre a riqueza, dramático corte de subsídios e propósito de distribuição de renda); e uma nova abordagem para a questão da dívida externa, recomendando-se como essencial uma redução real dessa dívida.

Bresser Pereira tinha as idéias básicas formuladas antes de assumir o Ministério. Mas as ênfases mudaram no curso do governo. Basicamente, o ministro verificou que a crise do setor público era muito mais grave do que o intelectual pensava. “Visto de perto, o buraco era muito maior”, disse Bresser Pereira. Em consequência, as receitas propostas tornaram-se cada vez mais fortes.

Essa trajetória é o que se encontrará neste livro, que reúne entrevistas concedidas por Bresser Pereira num período de oito meses, das vésperas de assumir o Ministério até pouco depois de deixá-lo. O ministro Bresser falou bastante para a imprensa. Através das entrevistas, polemizou com diversos críticos, e isso foi uma atitude deliberada. Logo no seu discurso de posse, Bresser apresentou planos imediatos, que consistiam em tentar garantir para aquele ano de 1987 um modesto crescimento de 3%; procurar controlar gastos e ajustar o setor público; aplicar uma política de recuperação dos saldos comerciais externos; e reabrir negociações no *front* da dívida externa.

Foi imediatamente acusado de conservador — acusação grave para um economista e político que se pretendia filiado à corrente progressista mais moderna. Inconformado, Bresser reagiu pela imprensa: gastou tempo discutindo suas propostas imediatas e os temas mais de longo prazo, estes tratados especialmente nas entrevistas a revistas semanais, veículos mais apropriados para

discussões sobre a natureza de uma política progressista e suas distinções em relação ao populismo e ao conservadorismo.

As entrevistas são exaustivas. Mas cabe aqui uma breve introdução, mais um roteiro de leitura. As observações que se seguem resultam de um depoimento de Bresser Pereira ao autor desta introdução, concedido em julho de 1988.

A crise do setor público

Ao contrário do que pensam muitos economistas, tanto progressistas quanto conservadores, Bresser Pereira acha que a economia brasileira “não está resolvida”, isto é, que a crise atual é estrutural e não resultado de dificuldades conjunturais e/ou de má gestão. É, portanto, mais grave.

A percepção mais ou menos comum indica que a economia brasileira tem um problema de déficit público, porque o Estado vem gastando de modo perdulário e tem uma altíssima conta de juros. (Os juros que paga sobre a dívida externa, que é quase toda pública, e pelos empréstimos que toma do setor privado.) Para Bresser, porém, esse problema de déficit público é posterior à verdadeira causa de nossas dificuldades.

A crise do setor público, explica, é de “estoque”. Isto é, a dívida pública interna e principalmente externa tornou-se exageradamente grande. Depois disso é que vem o problema do déficit público — como se fosse uma dificuldade de fluxo de caixa, causada justamente pelos juros resultantes daquele elevado estoque de dívida pública.

Se o problema é de estoque, as soluções necessariamente são mais drásticas. Não se trata mais de financiar o fluxo de pagamento de juros, mas de obter uma redução substancial na própria dívida externa. E em vez de cortar despesas aqui e ali, trata-se de aplicar um “forte choque fiscal”.

Como chegamos a essa situação? A causa primária é basicamente o excessivo crescimento da dívida externa, mas outros problemas se introduziram ao longo dos últimos anos, entre eles a grande redução da capacidade de poupança e investimento do setor público.

A história dessa crise é a seguinte: a economia brasileira endividou-se nos anos 70, numa estratégia de crescimento via déficit público. Endividou-se basicamente através do Estado e, na verdade, até 1979, essa política era correta. Os juros internacionais

estavam baixos, tomava-se dólar barato e havia, aqui, bons projetos de investimento.

Em 1979, porém, a dívida externa atingiu 40 bilhões de dólares, um estoque que já chegava ao limite, pois representava duas vezes o valor das exportações anuais. Sobrevieram então os três choques externos: a explosão dos preços do petróleo, a elevação da taxa de juros internacional e a recessão nos países ricos.

Nessas circunstâncias, o país deveria ter começado logo o processo de ajustamento da economia e em particular do setor público, como propunha o então ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen. Este foi, entretanto, substituído no comando da economia por Antônio Delfim Netto, que resolveu apostar em mais um período de crescimento. Assim, por dois anos, o governo estimulou o crescimento, e só foi começar o ajuste em 1981, forçado pelas circunstâncias e quando a crise era muito mais grave.

Embora esgotada a capacidade de poupança do setor público, o Estado continuou subsidiando o setor privado e assumindo o custo em dólares das desvalorizações cambiais. No final do processo, todo o ônus do ajustamento ficou para o setor público. A crise, de fato, exhibe hoje um Estado empobrecido, que transferiu recursos para o setor privado, este, rico e capitalizado em meio às dificuldades do país. E essa disparidade só aumenta, porque o setor público se financia no setor privado, mas não tomando recursos de volta, via impostos, por exemplo. O Estado toma empréstimos do setor privado e sua conta só aumenta com o pagamento dos juros cada vez mais altos.

A solução radical, portanto, é óbvia: é preciso retransferir recursos do setor privado para o Estado, de modo que este recupere sua capacidade de poupança e/ou de financiamento de investimentos. Bresser Pereira conta: “Quando os empresários me falavam em demissão de funcionários públicos, eu dizia: isso até pode ser eticamente e politicamente recomendável. Mas em termos macroeconômicos, é bobagem. É preciso um dramático corte nos subsídios ao setor privado e um aumento de impostos, inclusive um imposto sobre a riqueza, aplicado de uma vez só”. Não era uma conversa propriamente amena.

Trajetórias

Em maio de 1987, o problema do ministro Bresser Pereira era

uma emergência. A bagunça que se seguiu ao final abrupto do Plano Cruzado, com a economia sendo reindexada às pressas, exigia que se mandasse o paciente para a UTI, onde seria submetido a intervenções radicais. No caso, o choque heterodoxo de 12 de junho de 1987, depois conhecido como Plano Bresser: congelamento temporário de preços e salários, introdução de novas regras de correção e medidas para reduzir o déficit público. Abatida a ameaça da escalada inflacionária, passou-se à política econômica de médio curso.

Em julho, ficou pronto o Plano de Controle Macroeconômico, no qual já se propunha, como meta essencial, a recuperação das finanças públicas e a conseqüente elevação da capacidade de poupança nacional. Tratava-se de elevar essa capacidade de 17% para 22% do PIB, em quatro anos.

Nas discussões, a equipe econômica verificava que a cada rodada das contas parecia necessário maior corte de gastos e maior aumento da receita do Estado. Ao final, estava claro que o custo de elevar a poupança nacional era muito alto. E que o peso do estoque da dívida externa era insuportável.

Assim, quando iniciou a primeira rodada de negociações, em julho de 1987, no *front* externo, Bresser Pereira já dizia que seria fundamental obter um desconto no principal da dívida, a “securitização” da dívida, aproveitando o desconto existente no mercado financeiro internacional. Acrescentava estar convencido de que esse desconto era possível e, de certo modo, até esperado pelos credores externos.

A proposta, entretanto, foi uma novidade radical. Pela primeira vez em muitos anos um ministro colocava algo realmente novo no debate oficial sobre a dívida externa. Por isso mesmo, não foram conversações amenas. Conforme disse um ano depois o gerente executivo do Fundo Monetário Internacional — FMI, Michel Camdessus, naquela época a palavra “securitização” era pornográfica nos meios financeiros internacionais; hoje está sendo discutida normalmente e até sendo objeto de proposta de muitos banqueiros.

Depois de todas as trombadas nas negociações, Bresser Pereira tinha definido sua estratégia alternativa caso não chegasse a entendimento com os credores até 29 de janeiro de 1988. O governo brasileiro, então, anunciaria unilateralmente os seus termos, os seguintes: dispensaria o “comitê assessor de bancos” e informaria aos credores que ia pagar 60% da dívida, isto é, aplicaria um desconto de 40%. Desses 60%, o Brasil passaria a pa-

gar os juros relativos a um terço. Os outros dois terços passariam a ser depositados em um fundo e somente seriam pagos aos credores na medida em que estes assinassem acordo aceitando que os 60% pagos liquidavam os 100% devidos. Isto é, na medida em que aceitassem definitivamente o desconto de 40% da dívida.

Bresser Pereira revela que essa estratégia estava combinada desde a reunião de Cancun (México), em novembro de 1987, com o ministro da Economia da Argentina, Juan Sorrouille, que deveria aplicar política semelhante.

Bresser pediu demissão (18 de dezembro de 1987) antes de tentar esse *tour de force*. Sua saída teve como causa direta a não aceitação, pelo presidente José Sarney, de sua proposta de redução de déficit público e de reforma tributária apresentada no final de 1987. A reforma tributária visava a um aumento de impostos e redução dos subsídios públicos ao setor privado, dando início a um processo de distribuição de renda.

No meio desse tiroteio, um pouco de teoria. O que é política econômica progressista? Certamente, dizia então Bresser, ser progressista não significa rejeitar a política de exportação ou de controle de déficit público. Não se pode definir pela negativa. O correto seria dizer que, para uma política progressista, o essencial é promover a distribuição de renda, o que, no caso brasileiro, pode ser feito por três caminhos: a reforma tributária, a orientação da despesa do Estado para o atendimento dos mais pobres e a introdução de um "salário mínimo de verdade". Para este último objetivo, ainda como ministro, Bresser conseguiu introduzir o piso salarial nacional, tornando possível aumentar o salário mínimo, desvinculado dos demais salários.

Mais não foi possível, pelos motivos que o leitor verificará. As entrevistas foram editadas — diversos trechos foram suprimidos, ou porque perderam o interesse ou porque eram repetitivos.

Este jornalista agradece a gentileza de colegas e dos jornais e revistas que permitiram a reprodução das reportagens. O professor Luiz Carlos Bresser Pereira pede para acrescentar que apreciou o tom polêmico das perguntas. O debate deixou muitas coisas esclarecidas.